

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 180 – 04/01 à 08/01/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Suspenso o envio de eventos de remuneração S-1200 da competência JANEIRO/2021 até publicação da portaria com tabelas de alíquotas do INSS e salário-família para 2021](#)

eSocial - 08/01/2021

A recepção dos eventos S-1200 (Remuneração de trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previd. Social) da competência JANEIRO/2021 está suspensa até que seja publicada a portaria governamental que reajusta as faixas salariais que definem as alíquotas de desconto previdenciário do segurado (alíquotas progressivas de 7,5% a 14%) e o direito a percepção de salário família para 2021. Tal medida se faz necessária porque o eSocial precisa da tabela de alíquotas atualizada para retornar os eventos de totalização S-5001 para os empregadores.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Supervisora será indenizada por assédio de gestores em grupo corporativo de WhatsApp](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/01/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática Ltda. contra a condenação ao pagamento de indenização a uma supervisora de atendimento de Guarulhos (SP) em razão da conduta assediadora dos gestores em grupo de WhatsApp. As situações vexatórias incluíam a cobrança de retorno do banheiro, com a exposição dos empregados aos demais participantes do grupo.



Notícias do Executivo

[Pequenas empresas e microempreendedores individuais podem se cadastrar direto pelo portal gov.br](#)

Ministério da Economia - 08/01/2021

Desde o último dia 23 de dezembro, todos os microempreendedores individuais (MEI) e pequenas empresas passaram a contar com mais uma facilidade para participar de licitações com o governo federal. A autenticação desses fornecedores pode ser realizada pelo portal gov.br alternativamente ao uso do certificado digital. Com o credenciamento simplificado, o Ministério da Economia (ME) pretende incentivar a participação desse segmento nas compras públicas com a redução de custos de cadastro.

[Pendências do CPF podem ser regularizadas nos canais virtuais da Receita Federal](#)

Ministério da Economia - 04/01/2021

A Receita Federal informa que pendências relativas ao Cadastro de Pessoa Física (CPF) podem ser regularizadas por meio de seus canais virtuais de atendimento. Além disso, alerta para a importância de o contribuinte manter seus dados cadastrais atualizados.

[Fundacentro foca em pesquisa aplicada e em inovação](#)

Fundacentro - 08/01/2021

O Encontro de Pesquisa & Inovação, realizado pela Fundacentro em dezembro, trouxe uma programação diversificada e um espaço para a reflexão sobre a saúde e segurança do trabalhador. Uma das atividades foi o Painel de Pesquisa Aplicada, no primeiro dia de evento (16), em que pesquisadores apresentaram projetos realizados pela instituição.

[Consulta busca colher subsídios para instruir revisão de normas regulamentadoras](#)

Fundacentro - 04/01/2021

A [Tomada Pública de Subsídios nº 4/2020](#) busca instruir a revisão das Normas Regulamentadoras nº 13 (Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento), nº 22 (Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração), nº 36 (Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados) e nº 37 (Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo). Também estão abertos questionamentos para a revisão de anexos sobre agentes químicos e à elaboração de anexo sobre cancerígenos com impacto nas NRs nº 15 (Atividades e Operações Insalubres) e nº 09 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT prepara capacitação EAD contra o trabalho infantil](#)

Ministério Público do Trabalho - 07/01/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) promove o curso EAD “MPT na Escola - Capacitação para o enfrentamento do trabalho infantil pelas redes pública e privada de ensino”. As inscrições podem ser realizadas no período de 11 a 25 de janeiro, [aqui](#). São 2 mil vagas para educadores. Os participantes serão selecionados mediante ordem de inscrição.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Governo divulga feriados nacionais e os dias de ponto facultativo no setor público em 2021](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/01/2021

O governo federal, por meio do Ministério da Economia, divulga os feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2021 no serviço público. As datas estão no Diário Oficial da União, [Portaria nº 430 de 30 de dezembro de 2020](#). A portaria traz 16 datas que deverão ser cumpridas pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Outras Notícias

[Empregador indenizará por uso de imagem de ex-empregado em peça publicitária](#)

Consultor Jurídico - 10/01/2021

A 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) confirmou o pagamento de indenização por danos morais a um vigilante que teve a imagem exposta em campanhas publicitárias do empregador, meses após o término do contrato de trabalho.

[Funcionário não pode ser demitido se estiver inapto para o trabalho](#)

Consultor Jurídico - 10/01/2021

Funcionário não pode ser demitido se estiver inapto para o desempenho de suas funções. Com esse entendimento, a 2ª Vara do Trabalho de Nova Friburgo (RJ) ordenou o Itaú Unibanco a reintegrar um bancário dispensado quando estava com cirurgia marcada e recebendo benefício acidentário.

[TRT-2 afasta vínculo empregatício entre Bradesco e 1.694 terceirizados](#)

Consultor Jurídico - 07/01/2021

A competência para declarar a existência ou não de vínculo empregatício é exclusiva da Justiça do Trabalho, não de auditores fiscais vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O entendimento é da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que afastou o vínculo empregatício entre 1.694 prestadores de serviços e o Bradesco. A decisão, proferida nesta segunda-feira (4/1), foi unânime. A íntegra do voto relator foi divulgada pelo portal Jota.



Atos Normativos

[CIRCULAR CEF N° 935, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020](#) (DOU de 04/01/2021 Seção I Pág.45) - Publica a versão 17 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS;

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA SEPRT N° 1/2021](#) (DOU de 07/01/2021 Seção III Pág. 29) - Submete à consulta pública proposta de Portaria que dispõe sobre anotação do horário de trabalho em registro manual, mecânico ou eletrônico de que trata o art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

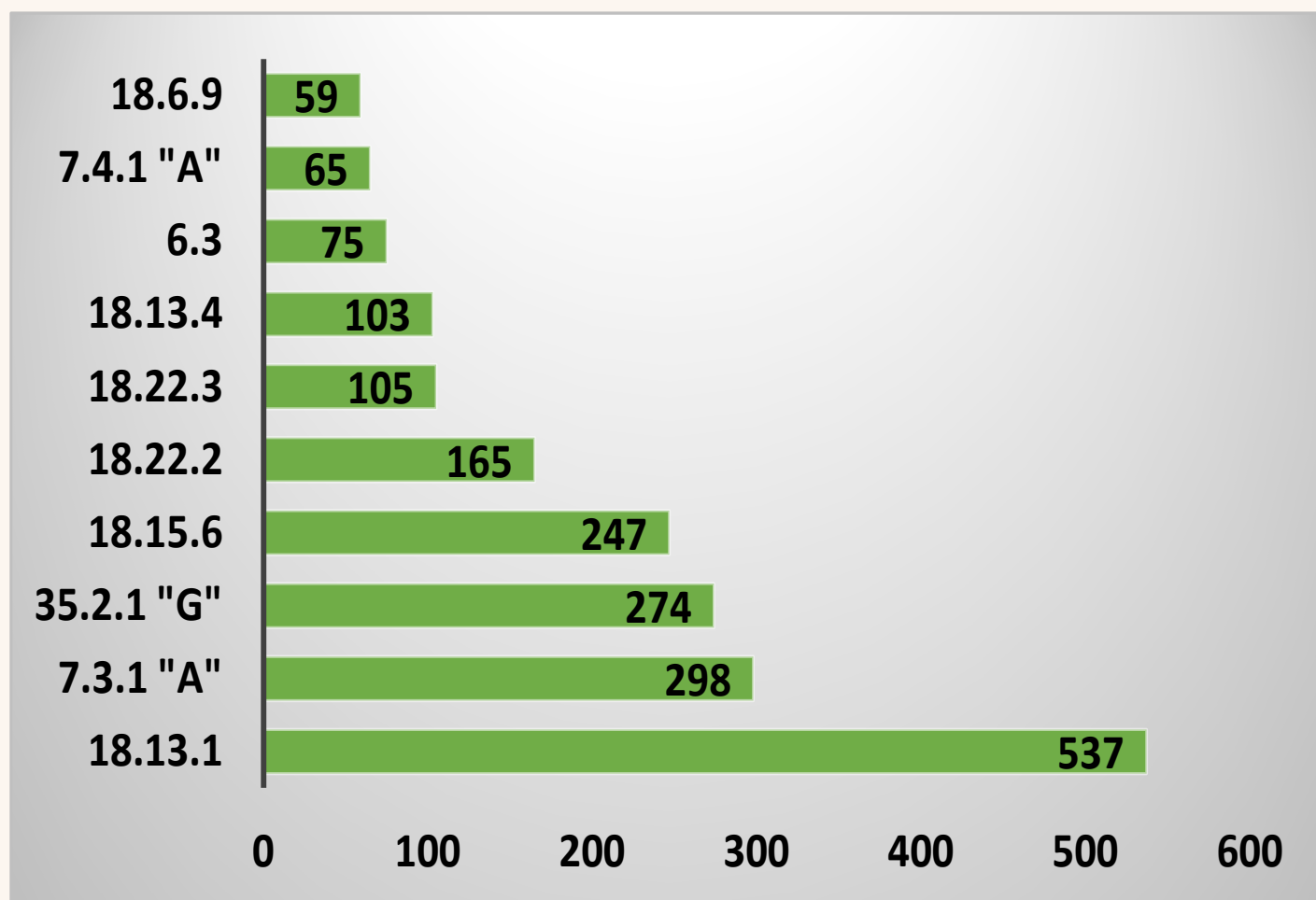
[PORTARIA SPREV/CRPS/ME N° 159, DE 6 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU 08/01/2021 Seção I Pág.30) - Instalação da 2ª Composição Adjunta da 5ª Junta de Recursos no Distrito Federal;

[CIRCULAR CEF N° 936, DE 7 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU 08/01/2021 Seção I Pág.43) - Divulga versão atualizada dos Manuais de Fomento do Agente Operador do FGTS;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/nov):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.22.3 As máquinas e os equipamentos que ofereçam risco de ruptura de suas partes móveis, projeção de peças ou de partículas de materiais devem ser providos de proteção adequada.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- c) para atender a situações de emergência.

7.4.1 O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

a) admissional;

18.6.9 Os taludes com altura superior a 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) devem ter estabilidade garantida.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula